

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Guilherme Mazaro Delazari

A Política Externa do Governo Bolsonaro para o Mercosul: Impactos no Processo de
Integração Regional e na Inserção Internacional do Brasil

UBERLÂNDIA
2024

GUILHERME MAZARO DELAZARI

A Política Externa do Governo Bolsonaro para o Mercosul: Impactos no Processo de
Integração Regional e na Inserção Internacional do Brasil

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao curso de Relações Internacionais da
Universidade Federal de Uberlândia, como
requisito parcial para obtenção do grau de
Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Sandra Aparecida Cardozo.

UBERLÂNDIA

2024

A Política Externa do Governo Bolsonaro para o Mercosul: Impactos no Processo de
Integração Regional e na Inserção Internacional do Brasil

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao curso de Relações Internacionais da
Universidade Federal de Uberlândia, como
requisito parcial para obtenção do grau de
Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Sandra Aparecida Cardozo.

Banca Examinadora

Prof^ª. Dr^ª Sandra Aparecida Cardozo

Prof^ª. Dr^ª. Jéssica Silva Fernandes

Prof^ª. Dr^ª Alessandra Beber Castilho

UBERLÂNDIA

2024

A Política Externa do Governo Bolsonaro para o Mercosul: Impactos no Processo de Integração Regional e na Inserção Internacional do Brasil¹

DELAZARI, Guilherme Mazaro²

Resumo

Desde o início do século XXI, o Mercosul foi uma das principais instituições que visavam a integração regional dos países da América do Sul, em especial, os Estados do Cone Sul, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Dessa forma, o presente trabalho tem como principal objetivo evidenciar os direcionamentos de política externa dados ao Mercosul durante o governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), expandindo a análise para a presença do seu gabinete ministerial, em destaque, o ministro das Relações Exteriores e o ministro da Economia. Foram abordados três tópicos de desenvolvimento no presente trabalho: o Acordo de Associação Mercosul-União Europeia; a presença da China na região sul-americana; e o relacionamento entre os membros plenos do Mercosul. Entre os tópicos de desenvolvimento, debate-se as relações entre Brasil e Argentina, os principais países membros do Mercosul. Essas questões foram elementos-chave para o bloco, pois denotam as dificuldades de negociação em conjunto, a importância de temas como sustentabilidade e os desafios do Brasil como principal ator regional. Todos esses pontos serão debatidos e desenvolvidos no decorrer do trabalho.

Palavras-chave: Mercosul; Política Externa; Jair Bolsonaro; Integração Regional; América do Sul.

Abstract

Since the beginning of the 21st century, Mercosur has been one of the main institutions aiming at the regional integration of South American countries, particularly the Southern Cone states: Argentina, Brazil, Paraguay, and Uruguay. Thus, the primary objective of this study is to highlight the foreign policy directions given to Mercosur during the government of Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), extending the analysis to the role of his cabinet, especially the Minister of Foreign Affairs and the Minister of Economy. Three key topics are addressed in this study: the Mercosur-European Union Association Agreement; China's presence in the South American region; and the relationship among the full members of

¹ Artigo apresentado ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (IERI-UFU) como parte das exigências para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, sob a orientação da Prof^a Dr^a Sandra Aparecida Cardoso.

² Discente do curso de Relações Internacionais do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (IERI-UFU). Email: guilherme.delazari@ufu.br.

Mercosur. Among the development topics, the relations between Brazil and Argentina, the main member countries of Mercosur, are discussed. These issues were crucial for the state of the bloc, as they reveal the difficulties in joint negotiations, the importance of topics such as sustainability, and the challenges Brazil faces as the main regional actor. All these points will be discussed and developed throughout the study.

Keywords: Mercosur; Foreign Policy; Jair Bolsonaro; Regional Integration; South America.

Introdução

O Mercosul, Mercado Comum do Sul, é um projeto concebido pelas iniciativas de cooperação entre Brasil e Argentina, que se acentuaram durante a década de 1980. Em face ao avanço do liberalismo econômico, a abertura comercial atrelada à expansão da globalização e da concepção do Regionalismo Aberto³, o Mercosul, concebido em 1991, pela convergência de interesses dos países do Cone Sul, cria bases institucionais para se tornar uma união aduaneira - embora imperfeita⁴ - e integrar as economias em desenvolvimento dos países sul-americanos, em destaque, os Estados Parte da organização: Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai.

Nos últimos anos, principalmente durante o governo de Jair Bolsonaro, houve uma mudança na postura brasileira frente ao Mercosul. Essa tendência pode ser observada a partir do impeachment de Dilma Rousseff e a posse de Michel Temer. O procedimento de agenda externa dado pelos governos de Lula e Dilma visavam muito mais aspectos sócio-econômicos que aprofundassem a integração sul-americana, com uma atuação conjunta de acordos comerciais, comércio intrabloco, solução de controvérsias regionais, ações estas que colocassem o Brasil como líder e potência regional. Todavia, após o governo Temer e sucessivas crises internas, o Mercosul passa a ter um redirecionamento comercial, com o foco no comércio norte-sul e o interesse individual dos membros em estabelecer acordos bilaterais e tratados de livre comércio sem a discussão prévia entre os membros do Mercosul.

³ O conceito de Regionalismo Aberto foi elaborado durante a década de 1990 pela CEPAL (Comissão Econômica para a América do Sul e Caribe) frente ao contexto de globalização intensificado com o término da Guerra Fria, como um caminho alternativo para a inserção internacional da região. Os principais objetivos do conceito envolvem a integração econômica a partir da remoção de barreiras tarifárias, a promoção de uma abertura comercial internacional e, consequentemente, o desenvolvimento da região. Contrasta diretamente com o regionalismo fechado, de caráter mais protecionista (CORAZZA & HERRERA, 2004).

⁴ O conceito de União Aduaneira imperfeita deriva da concepção de União Aduaneira. Portanto, por União Aduaneira, pode-se entender a associação de um grupo de países caracterizados pela adoção de uma tarifa externa comum e a livre circulação de produtos originários de países de dentro do bloco. No caso de uma união aduaneira imperfeita e, em particular, do Mercosul, observa-se que há uma inconsistência na adoção da Tarifa Externa Comum por parte de cada país dentro do bloco; há dificuldades na circulação de bens devido à burocracia interna pertencente aos membros; além de existir a realização de acordos bilaterais independentes. Temas que serão desenvolvidos adiante (IPEA, 2007).

Nesse sentido, este trabalho visa aprofundar as principais ações direcionadas ao Mercosul no governo Bolsonaro para evidenciar se há redirecionamento do viés do bloco, afetando as pretensões observadas no começo do século XXI com o governo Lula. Se ocorreu de maneira restrita à postura do ex-presidente Bolsonaro ou se houve uma demanda comum de outros membros por uma revitalização do bloco. A análise do tema configura-se relevante, posto que o Mercosul é o principal instrumento que o Brasil possui para a integração regional, tendo em mente que houve a descontinuidade de ações em outras instituições, como a Unasul⁵. Após o período Lula e Dilma, as condutas do presidente Bolsonaro frente ao Mercosul podem representar impactos na política externa brasileira e na integração.

A abordagem dessa pesquisa possui caráter qualitativo e terá como método a pesquisa bibliográfica e análise documental, com a utilização de fontes primárias, isto é, documentos oficiais e falas de chefes de Estados, no entendimento de que ações geram impactos no decorrer da política externa; também serão utilizadas fontes secundárias, como artigos científicos, livros e notícias, a fim de embasar os argumentos citados no decorrer do texto.

A estrutura do trabalho está dividida em seis seções. A primeira seção discorre sobre o desenvolvimento da cooperação entre Brasil e Argentina e a formação do Mercosul; no entendimento de que é vital para a coesão do trabalho a compreensão das relações Brasil-Argentina, estabelecendo o contexto de pós Guerra-Fria, cláusulas constitutivas do Mercosul e pontos centrais de ação para o desenvolvimento regional. A segunda seção trabalha a Política Externa do Brasil no século XXI, com o objetivo de estabelecer uma linha de pensamento das ações dos presidentes na pauta das relações internacionais e como isso influenciou a atuação brasileira no Mercosul. Na terceira seção, será discutido o Acordo de Associação Mercosul-União Europeia, relatando os pontos de convergência e divergência entre os membros mercosulinos; a ação do presidente Bolsonaro nas tratativas com outros chefes de Estado; e os impactos e desafios que a realização da parceria trará à América do Sul e ao Brasil. Na quarta seção será debatido o Impacto da Presença Chinesa na América do Sul, visto que, no cenário regional, a China é o maior parceiro econômico dos principais membros do Mercosul, será desenvolvida uma linha histórica da substituição do protagonismo brasileiro ao chinês e como isso afeta as pretensões do Brasil quanto à liderança regional e

⁵ A União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) é uma organização intergovernamental formada por doze países da América do Sul. A União visa criar a paz e a segurança, eliminar a desigualdade socioeconômica, alcançar a inclusão social e a participação cidadã, fortalecer a democracia e reduzir as assimetrias no marco do fortalecimento da soberania e independência dos Estados. Foi um dos principais aparatos para a integração regional da América do Sul por tratar de temas como segurança e soberania. Por decisão de Bolsonaro, o Brasil saiu da organização em 2019 e após a eleição de Lula houve o retorno do Brasil ao grupo (MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, 2024).

projeção internacional; evidenciando-se também o desgaste recente das relações sino-brasileiras no momento de crise sanitária provocada pela pandemia de COVID-19. Na penúltima seção discorre-se sobre as Relações intra-Mercosul e o redirecionamento para um Mercosul comercial, em que serão discutidas as relações do Brasil com outros membros plenos, comparando os esforços dos presidentes anteriores a Bolsonaro em aprofundar a integração regional e como, a partir de sua posse, os países apresentam o desejo de dar maior dinamismo aos acordos bilaterais, principalmente a China. Por fim, as Considerações Finais.

1. O desenvolvimento da cooperação entre Brasil e Argentina e a formação do Mercosul

Para compreender o funcionamento da diplomacia que a agenda de política externa brasileira utiliza por meio do Mercosul, é imprescindível retomar a gênese de sua formação a partir da relação entre os principais países da América do Sul, Brasil e Argentina.

Historicamente, ambos os países possuem momentos de aproximação e distanciamento entre as principais pautas que regem as políticas de Estado, sejam elas a segurança, a economia, o equilíbrio de poder regional e a soberania. A título de exemplo, houve momentos em que as políticas brasileiras e argentinas convergiram para a tentativa de aproximação com os Pactos ABC⁶, com o Barão de Rio Branco e Vargas durante o século XX, e em outros momentos, cuja divergência foi evidente, como no caso da disputa brasileira por um assento permanente na Liga das Nações, sob a presidência de Arthur Bernardes (ALBUQUERQUE *et al*, 2006). Para os fins deste trabalho, limitar-me-ei à análise a partir da segunda metade dos anos 1980, em que houve um processo de reaproximação que resultou na criação do Mercosul, na década seguinte.

Sob uma ótica mais ampla, ambas as nações passavam por fases políticas semelhantes. O Brasil, num processo de redemocratização que se iniciou em 1985, após mais de vinte anos à sombra de um regime militar, apresentava uma crise sucessória. O presidente Tancredo Neves, eleito indiretamente, falecera sem tomar posse, assumindo seu vice-presidente José Sarney. Analogamente, a Argentina também estava num processo de retomada de sua democracia, as eleições diretas de 1983 que ocorreram de imediato à ditadura militar argentina (1976-83) elegeram como presidente Ricardo Alfonsín.

⁶ Foram tentativas de integração regional entre Argentina, Brasil e Chile com o objetivo de estabelecer mecanismos para a solução de controvérsias, bem como a discussão de questões fronteiriças. A proposta inicial ocorreu em 1915 e a tentativa de revitalização, em 1953, no final do período Vargas (1951-54).

O período Sarney-Alfonsín representou uma fase de reaproximação entre as duas nações, pois, após anos de rigidez diplomática, tanto sob a égide da Guerra Fria, quanto das próprias ditaduras militares brasileira e argentina, Sarney apresentou uma política externa mais multilateral, focada no Cone Sul e de tornar contínua a participação da diplomacia presidencial⁷ na região sul-americana (DANESE, 2017). A partir dessa atuação regional mais incisiva, as relações com a Argentina já apresentavam mais otimismo, visto que durante a Guerra das Malvinas, entre argentinos e ingleses, o Brasil optou por uma posição de neutralidade parcial para a Argentina, com o apoio ao direito de soberania da Argentina em disputar seus espaços marítimos (ALBUQUERQUE *et al*, 2006).

Tanto o Brasil quanto a Argentina viam na cooperação, e propriamente, num projeto de integração, a possibilidade de benefício mútuo, posto que a complementaridade das economias dependentes dos países permitiria uma alavancagem do desenvolvimento das nações, que se encontravam num período de grande instabilidade, devido ao processo de hiperinflação, aumento da dívida externa - consequentemente, a redução do investimento estrangeiro direto -, a estagnação econômica (DANESE, 2017).

O primeiro passo de uma aproximação diplomática ocorreu ainda no ano inaugural do mandato de Sarney, em que houve um encontro fronteiriço entre os líderes dos dois países para a inauguração de uma ponte, localizada entre Foz do Iguaçu e Puerto Iguazú. A Declaração de Iguaçu pode ser considerada como o início do processo de formalização da integração-cooperação entre Brasil e Argentina. O foco de uma política amigável entre as duas maiores nações da América do Sul, se transformou em resultados substanciais, à vista do Programa de Integração e Cooperação Econômica e a Ata para a Integração Brasileiro-Argentina, ocorridas em 1986, e o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento⁸, dois anos depois, no de 1988, em que se estabeleceu a diretriz para a criação de um espaço econômico mútuo como objetivo maior (DATHEIN, 2004).

Como citado anteriormente, Sarney possuía uma diplomacia presidencial ativa, e foi através dessa sua gerência política voltada para o Cone Sul que houve sucessão de diversos encontros entre chefes de Estado da região, abrindo espaço para a realização de um mercado comum, inicialmente focado no âmbito Argentina-Brasil-Uruguai (logo ampliada ao

⁷ Entende-se por diplomacia presidencial o conjunto de ações e decisões tomadas pelo Chefe do Poder Executivo, no caso brasileiro, o Presidente da República em temas de Política Externa.

⁸ O Tratado de Integração Cooperação e Desenvolvimento tinha como objetivo final a consolidação do processo de integração e cooperação econômica entre Brasil e Argentina. As principais propostas consistiam na criação de um espaço econômico comum; na remoção de obstáculos tarifários e não-tarifários em prazo máximo de dez anos; na harmonização de políticas aduaneiras de comércio interno e externo, agrícola e industrial. Após a concretização desses objetivos, haveria a articulação das demais políticas para a formação de um mercado comum entre os dois países, no caso, a constituição do Mercosul (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1989).

Paraguai), por meio da formalização de acordos que envolviam questões econômicas, de segurança e de geração de energia, principalmente a produção de energia nuclear (DANESE, 2017).

Contudo, não foi no período Sarney-Alfonsín que a criação do Mercosul foi concretizada. Com o término do mandato presidencial de Sarney, a população elegeu diretamente Fernando Collor de Mello, um político de viés liberal que tinha como um dos princípios norteadores de sua agenda econômica a abertura de mercado, posturas pautadas pelo Consenso de Washington⁹. Aliado a pensamentos exteriores de integração comercial, como exemplo, o desenvolvimento do Mercado Europeu e o pensamento cepalino voltado para a complementação industrial dos países sul-americanos em desenvolvimento foram fatores que catalisaram a formalização do Mercosul em 1991, com o Tratado de Assunção, assinado conjuntamente entre Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai, em 1991, que previa a formalização do Mercosul até dezembro de 1994. O intervalo compreendido entre 1991 e 1994 serviria para a adaptação, sejam elas, nas questões alfandegárias e tarifárias, como também em tópicos macroeconômicos (ALBUQUERQUE *et al*, 2006).

Dessa forma, o Tratado de Assunção apresenta um caráter constitutivo focado essencialmente no regionalismo aberto, conceito de teor exclusivamente comercial, em que é possível depreender as orientações que os países signatários deveriam seguir. Conforme o Artigo I, observa-se destaque nos seguintes parágrafos:

§1º “A livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países, através, entre outros, da eliminação dos direitos alfandegários e restrições não tarifárias à circulação de mercadorias e de qualquer outra medida de efeito equivalente”; §2º “O estabelecimento de uma tarifa externa comum e a adoção de uma política comercial comum em relação a terceiros Estados ou agrupamentos de Estados e a coordenação de posições em foros econômico-comerciais regionais e internacionais”; §3º “A coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os Estados Partes de comércio exterior, agrícola, industrial, fiscal, monetária, cambial e de capitais, de serviços, alfandegárias, de transporte e comunicações e outras que se acordem, a fim de assegurar condições adequadas de concorrência entre os Estados Partes, e §4º “O compromisso dos Estados Partes de harmonizar suas legislações, nas áreas pertinentes, para lograr o fortalecimento do processo de integração” (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1991).

Desde já, também é possível ponderar sobre as diferenças entre os membros do Mercosul, como a relatada no artigo VI, parágrafo único, “*Os Estados Partes reconhecem*

⁹ O Consenso de Washington consiste em uma série de recomendações econômicas elaboradas em conjunto pelo Fundo Monetário Internacional, pelo Banco Mundial e pelo Departamento do Tesouro dos Estados Unidos. As medidas foram destinadas a países em desenvolvimento, em especial, aos da América Latina. Tais recomendações possuíam cunho neoliberal, voltada para o livre mercado e redução estatal, sendo a alternativa para o crescimento do PIB das nações latinas após as crises na década de 1980 (BRITANNICA, 2020).

diferenças pontuais de ritmo para a República do Paraguai e para a República Oriental do Uruguai, que constam no Programa de Liberação Comercial” que relata as diferenças socioeconômicas entre todos os constituintes originais do bloco, situações que geraram grande debate sobre a adoção da Tarifa Externa Comum (TEC)¹⁰ (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1991).

Nesse ímpeto, retomando a compreensão do artigo I, denotam-se características centrais de um bloco regional em conformidade com os padrões de pensamento das décadas de 1980 e 1990, com a crescente perspectiva liberal, fortalecida e difundida principalmente pelos Estados Unidos e Reino Unido, através de seus mandatários, Ronald Reagan e Margaret Thatcher, respectivamente. O segundo, terceiro e quarto parágrafos do artigo I do texto de 1991 delimitam a ideia proposta pelo Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento de 1988, com a adição das características inerentes da Divisão Internacional do Trabalho e pensadas pela CEPAL, isto é, a questão das exportações de *commodities* para países desenvolvidos, principalmente aquelas de origem agrária. Ademais, cabe ressaltar, a ausência de participação da sociedade na constituição do bloco, que foi gerida predominantemente pelo Executivo, com limitada participação das elites nacionais, como empresários; isso se reflete nos dias atuais com a baixa adesão da sociedade em questões do Mercosul e também na política adotada por Jair Bolsonaro perante seu governo, que será debatida adiante.

Como previsto no Tratado de Assunção, o processo de transição até a implementação do Mercosul se daria no ínterim de 1991 e 1994, para tal, foi elaborado o Tratado de Ouro Preto, que acresce aos tópicos institucionais apresentados pelo primeiro, em destaque, a formulação da já citada TEC - assunto de grande importância para o futuro do bloco, pois, como visto, o artigo I do texto de Assunção prezava pelas questões comerciais, tarifárias e alfandegárias intrabloco - e sua adoção seria essencial para a definição de uma política comercial conjunta e para o desenvolvimento do comércio regional dos países do Rio Prata. A formulação da TEC se deu sob debate entre os governos brasileiro e argentino, que, em face a questões exógenas, como a proposta norte-americana para criação do NAFTA, colocava em xeque a capacidade de autonomia dos países do Cone Sul, devido à discrepância da economia estadunidense perante os membros do Mercosul; a Argentina via com bons olhos a criação do NAFTA, e ao mesmo tempo analisava que a posição brasileira sobre o

¹⁰ A Tarifa Externa Comum é um complexo mecanismo de tarifas para a importação de produtos estrangeiros, sendo cobrada pelos países do Mercosul a países fora do Mercosul a fim de incentivar o comércio intrabloco e os setores agrícola e industrial dos Estados Parte, além de evitar a formação de oligopólios. Ela é associada à Nomenclatura Comum do Mercosul, onde são registrados os produtos comercializados, definindo-se uma alíquota entre 0% e 20%, dependendo do seu valor agregado (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2021).

assunto era oposta, em virtude das pretensões comerciais que os brasileiros possuíam com os vizinhos. Por fim, houve o consenso entre as partes do imbróglio, definindo as tarifas para produtos de ordem manufaturada, incentivando a competitividade de mercados, principalmente para o Brasil (AMORIM, 2022).

2. A Política Externa do Brasil no século XXI

A ascensão de Jair Messias Bolsonaro à presidência do Brasil se dá pela semelhança de fatores políticos internos observados nos mandatos anteriores, durante o período do Partido dos Trabalhadores (PT), que abrange os governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), e o mandato de Michel Temer (2016-2018), vice-presidente de Dilma, que assumiu o cargo após o impeachment da mesma. O entendimento da política externa e interna de seus antecessores é indispensável para o prosseguimento do trabalho, visto que se parte da hipótese de que o governo Bolsonaro representou uma guinada nas diretrizes diplomáticas e políticas que os governos brasileiros seguiram após a redemocratização, afetando a política externa voltada ao Mercosul.

Destarte, o governo Lula pode ser compreendido como uma mudança sócio-política importante na história brasileira. Devido a sua origem operária no ABC, onde ganhou destaque com a elaboração de greves sindicais durante o regime militar e como figura importante na criação do PT, Lula ganhou notoriedade nacional, correndo à presidência em 1989, 1994, 1998 e 2002, em que obteve vitória.

Seu primeiro período governamental (2003-06) representou uma modificação na política por conta do seu viés voltado para políticas de esquerda - direcionadas para as classes marginais da sociedade - como a redistribuição de renda, acesso à saúde e à educação e afins. No aspecto externo, de acordo com Vigevani e Cepaluni (2007), Lula age sob a diretriz de uma política externa voltada para a autonomia pela diversificação. A autonomia foi um princípio que regeu as relações internacionais do Brasil a partir da segunda metade do século XX, dado às circunstâncias previamente esclarecidas; Lula busca tal objetivo através da diversificação de parceiros diplomáticos, ressaltando relações Sul-Sul, ou seja, com países em desenvolvimento, como os presentes no continente africano e asiático e em regiões estratégicas, sem deixar de lado os vínculos com os Estados Unidos e Europa - centros de poder -, a fim de expandir relações econômicas, comerciais e proporcionar o desenvolvimento do país (VIGEVANI e CEPALUNI, 2007).

Arelado à sua diplomacia presidencial ativa, Lula busca fortalecer o Mercosul e solidificar o Brasil com status de potência regional, principalmente através da capacidade de

influência no Cone Sul. Nesse sentido, pode-se observar o aumento da institucionalidade do Mercosul durante os governos de Lula no Brasil e de Néstor Kirchner na Argentina; busca-se, a partir do novo milênio, um redirecionamento para um Mercosul *político*, rejeitando as características propostas pelo Consenso de Washington, notoriamente a integração a partir do livre comércio, conforme pretendido pela teoria do regionalismo aberto, pautando-se, sobretudo, na complementaridade entre livre comércio e a promoção de políticas sociais. Tal período pode ser caracterizado como uma fase de regionalismo pós-liberal ou pós-hegemônico, em que o processo de integração é mais complexo do que apenas relações comerciais entre países, envolve a promoção de uma agenda desenvolvimentista, o aumento de cooperação, principalmente a Sul-Sul (BRICEÑO-RUIZ, 2021).

A realização de parcerias entre o Mercosul e a Comunidade Andina de Nações (CAN), o posicionamento conjunto do bloco contrário à criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), como contraponto à influência norte-americana na América do Sul, são tópicos de compatibilidade dos Estados Parte do Mercosul no período pós-hegemônico. Concomitantemente, desenvolveu-se no bloco o FOCEM, Fundo para Convergência Estrutural do Mercosul, cujo objetivo é financiar programas nas questões estruturais dos membros do bloco a fim de atenuar as diferenças ressaltadas no Artigo VI do Tratado de Assunção, sendo que o Brasil seria o maior contribuinte do fundo (VIGEVANI e CEPALUNI, 2007; MERCOSUL FOCEM, 2024).

Devido aos resultados positivos tanto no campo da política externa, com o aumento da diversificação de parcerias comerciais e econômicas, na melhoria do status regional, com o Brasil participando ativamente nos processos decisórios do Mercosul e da Unasul, quanto no aspecto da política interna, com altos índices de aprovação, crescimento econômico e desenvolvimento, Lula consegue eleger uma sucessora, sua ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff.

O governo Dilma parte da mesma premissa do seu antecessor na política externa, isto é, de continuar a autonomia através da diversificação das relações internacionais e objetiva seguir as mesmas diretrizes no aspecto de *status* de potência regional, com foco na continuidade do desenvolvimento do Mercosul, da Unasul. Todavia, a presidente Dilma não apresentou um perfil diplomático tão ativo quanto o de seu antecessor, o que Cornet (2014) caracterizou como uma política externa de contenção e continuidade do governo anterior. Referente às dificuldades que a conjuntura internacional provocou, como a instabilidade econômica, reflexo da crise norte-americana de 2008, e consequentemente a dificuldade de

alinhar as políticas econômicas do Mercosul, como a continuidade do FOCEM e de o Brasil ser o *paymaster* do bloco (VIGEVANI e RAMANZINI, 2023).

Além disso, cabe ressaltar o declínio da institucionalidade do Mercosul a partir do governo Dilma. A crise envolvendo o afastamento do Paraguai pelo Protocolo de Ushuaia, resultado do impeachment de Fernando Lugo (2008-2012), permitiu que a Venezuela fosse efetivada como membro pleno do bloco - pretensão nacional desde a assinatura do Protocolo de Caracas, 2006. Posto que os paraguaios eram os únicos dentro do bloco contrários à entrada venezuelana, o afastamento de Assunção e, conseqüentemente, a realização da votação de admissão venezuelana foram objeto de contestação no Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul. Diante desses fatos, é possível depreender que o golpe de Estado sofrido por Fernando Lugo representou o início do fim de um consenso ideológico voltado para a esquerda dentro do Mercosul; além da fragilidade institucional que os aparatos do bloco tinham, seja no tocante à cooperação e na resolução de conflitos (BRICEÑO-RUIZ, 2021).

Todavia, o principal fator que explica a origem do governo Bolsonaro, encontra-se no ambiente doméstico, visto que, desde o governo Lula, opositores denunciaram os esquemas de corrupção interna, a não transparência acerca das construtoras nacionais sobre projetos de larga escala na América Latina, que aliada à queda dos índices de produção nacional e ao processo inflacionário, culminaram no impeachment da presidente Dilma na metade do seu segundo mandato (2014-16), possibilitando a ascensão de Michel Temer à presidência.

No período Temer, há uma nítida mudança na política externa brasileira, embora mantidos os princípios de autonomia¹¹, a atuação na área diplomática, junto com seus Ministros das Relações Exteriores, José Serra e Aloysio Nunes, passa a ser redirecionada para o norte global; devido à crise econômica e passando a ter um caráter predominantemente comercial, utilitarista e liberal, as relações sul-sul construídas pelo período petista acabam sendo preteridas por aquelas que representassem maiores retornos comerciais. Sob a chancelaria de Serra, crítico do Mercosul e também da Unasul por achá-los enviesados politicamente, acabou por esvaziar os aparatos de integração regional que ampliavam a atuação dos setores do bloco para as áreas sociais, sanitárias, de apoio a países menores do bloco, condições que o Brasil deixou de priorizar na sua agenda, para flexibilizar o comércio

¹¹ Por autonomia, direciono-me para a Política Externa Independente de San Tiago Dantas, em que, à época da Guerra Fria, o país almejava a projeção internacional sem constrangimentos ideológicos. Nesse sentido, o conceito de autonomia na política está relacionado com a capacidade brasileira em desenvolver suas relações internacionais, sem a influência de um polo de Poder, no caso, os Estados Unidos, utilizando a PEB como instrumento de desenvolvimento econômico e social (MUÑOZ, 2023).

internacional pelo Mercosul, preferindo uma via individual de negociação para cada membro do bloco, tornando mais ágil e responsiva a realização de acordos comerciais *apesar* do bloco (MENEZES e BANZATTO, 2017).

Em vista do desgaste das ferramentas de integração desenvolvidas no período Lula e Dilma, a Aliança do Pacífico (AP) surge como uma nova alternativa rumo ao desenvolvimento e ao liberalismo comercial. Criada em 2011 em Lima, capital peruana, o bloco é constituído por Chile, Colômbia, México e Peru, que têm por objetivo a liberalização econômica, tornando-se um contraponto ao projeto do Mercosul desde a sua criação. Para mais, além de promover relações comerciais sem a burocracia que o Mercosul tinha com a disparidade econômica entre seus membros, os membros supracitados possuíam . A AP passa a ser mais definida a partir do Protocolo Adicional do Acordo, marco que estabelece uma zona de livre comércio em 2016 (MENEZES e BANZATTO, 2017).

Nesse ímpeto, Jair Bolsonaro aparece como uma figura política controversa. Embora fosse deputado federal desde a década de 1990, considerava-se um *outsider* da tradicional política brasileira, a partir do ponto em que não repetia as vicissitudes que a maioria dos administradores públicos fazia. Dessa forma, passou a ganhar destaque na mídia desde o período de crise no governo Dilma, como um dos agitadores do impeachment da presidente.

Embora fosse considerado um candidato que concorresse por fora nas disputas eleitorais de 2018, gradativamente conquistou a atenção da população brasileira, seja por palavras de baixo pudor, opiniões polêmicas e defendendo uma política conservadora de direita, distanciando-se de um governo pautado nos casos de corrupção, de déficit econômico, altos índices de desemprego e pauta ideológica - muito criticada por Bolsonaro - como foi o caso de seus antecessores, e apoiado em bases sociais como os evangélicos, os grandes produtores rurais e setores de proteção da sociedade, como a polícia e o exército, que lhe garantiram crescimento nas pesquisas eleitorais.

Como resultado, Bolsonaro vence Fernando Haddad com uma margem de votos maior do que a acirrada eleição de 2014 entre Dilma e Aécio Neves apresentara. A população estava mais decidida em apostar num político cujos conhecimentos de administração pública foram delegados aos seus ministros, em destaque, Paulo Guedes na pasta da economia, Ernesto Araújo como chefe do Itamaraty e Damare Alves, ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, são exemplos da direção que Bolsonaro decidiu tomar na realização de sua política seja no âmbito doméstico quanto no externo: uma posição conservadora ou até mesmo reacionária nos valores tradicionais brasileiros, visto o impacto negativo na escolha do seu

gabinete ministerial, gerando divisões na opinião pública e entraves para a inserção internacional por outras vias, vide o bilateralismo e alinhamento automático.

Tais condições supracitadas são resultados de uma confluência de fatores que realinharam a política externa brasileira no período Bolsonaro. A escolha de Araújo como chanceler de seu governo esteve pautada na forte visão ideológica que este tinha sobre o sistema internacional vigente, pautada numa dicotomia entre bem e mal, na qual o Ocidente, representando os valores do capitalismo, dos bons costumes, combatia a guerra cultural causada pelo globalismo na ordem mundial pós-Guerra Fria. É um argumento abstrato, visto que tanto a guerra cultural quanto o globalismo não são conceitos bem definidos. Fato é que essa linha de pensamento, foi muito difundida pelo filósofo Olavo de Carvalho, grande apoiador na campanha de Bolsonaro, que encontrou em Araújo e Filipe Martins, assessor do presidente para assuntos internacionais.

Nessa lógica, o Mercosul e o propósito de inserção regional direcionado para a conquista de maior influência internacional passam a ser esgotados por si, pois a própria linha de raciocínio de sua equipe, ressalta o caráter ideológico enviesado que o bloco adquiriu no decorrer do século XXI, o que não se restringe apenas aos governos brasileiros, mas também aos governos dos outros países-membros. O Mercosul passa a ser visto como uma ferramenta ultrapassada que não corresponde mais a uma atuação conjunta para o desenvolvimento, mas como uma barreira para a autonomia dos países, que, visto as fragilidades do bloco, decidem por uma posição comercial mais direta, isto é, bilateral.

3. O Acordo de Associação Mercosul-União Europeia

O Acordo Mercosul-União Europeia (UE) também é um ponto de discussão relevante durante o governo Bolsonaro. A realização do acordo entre os dois blocos é objeto de discussão desde a década de 1990, em que ambas as partes viam na parceria um processo de fortalecimento entre os dois continentes em questões como a complementaridade econômica, desenvolvimento, fortalecimento dos valores democráticos, interlocução no tocante à integração regional e, em certa medida, uma via de independência da economia norte-americana para os dois lados.

Entretanto, durante os trinta anos de existência do Mercosul, nunca houve consenso sobre o acordo com a UE, seja por parte dos europeus, seja por parte dos sul-americanos, passando por fases de aproximação e momentos de distanciamento. Esse fator é resultado das diversas assimetrias de mercado que ambas as regiões possuem. A realização de um acordo tarifário para a ampliação de bens manufaturados, exportados diretamente da UE para o

Mercosul, afetaria o mercado regional sul-americano e implicaria numa forma de dominação econômica sob outro ator, dado a diferença tecnológica intrínseca entre os dois blocos.

Inicialmente, o acordo tinha por base o Acordo-quadro de Cooperação (traduzido, do inglês, de Framework Cooperation Agreement, FCA), realizado em 1995, que visa a ampliação da assistência mútua na área de liberalização econômica e acesso aos mercados no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), especificamente acerca das áreas de energia, transportes, telecomunicações, ciência e tecnologia; também busca promover a integração regional a partir de valores culturais compartilhados e o combate às drogas (EUR-LEX, 2020; PALMIERI *et al*, 2024).

Apesar de os tópicos de cooperação favorecerem, em teoria, as duas regiões, o processo de aprovação no continente europeu é tortuoso, visto que há necessidade de aprovação de todos os países-membros da UE. Desse resultado, o FCA fica estabelecido como contrato padrão entre os dois blocos por mais de uma década, quando são retomadas as negociações para um aprofundamento interblocos em face ao protecionismo econômico norte-americano sob a administração Trump e também ao impacto do crescimento chinês, que se tornou o principal parceiro econômico do Mercosul, tomando a posição que pertencia à União Europeia.

A retomada das negociações entre o Mercosul e a UE coincidiu com o período de Bolsonaro na presidência do Brasil. Por conseguinte, em face da caracterização de uma mudança na política externa brasileira relatada, houve dificuldades na ratificação do acordo entre as partes. Como ressaltado, a guinada da política externa representada pelos ministros das Relações Exteriores, da Economia e, em especial, do Meio Ambiente, configuraram entraves no relacionamento com outros países que constituem a UE, notoriamente a França e a Alemanha, em que a questão do desenvolvimento sustentável fosse pauta importante na negociação Mercosul-UE, sentido contrário que o governo brasileiro decidiu tomar, posto que a escolha de Ricardo Salles para a pauta do meio-ambiente foi considerada harmônica com os objetivos da bancada agrária do Congresso Nacional, esta que fora associada aos desmatamentos na região amazônica, ponto de grande debate no período (UOL, 2020).

A questão da sustentabilidade se consolidou como uma das principais diretrizes políticas do conselho da União Europeia. No Tratado de Lisboa - documento constituinte da UE - ficou estabelecido no artigo 11 a proteção do meio ambiente, no qual se desenvolveu o Pacto Ecológico Europeu, estratégia do bloco para a neutralidade climática no globo. Ademais, a presença europeia na Convenção sobre Mudança Climática da ONU e o Acordo de Paris, alinhados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU,

transformaram a UE em um baluarte do desenvolvimento verde, premissa irrevogável na realização do acordo birregional com o Mercosul (DIZ, 2021; CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA, 2024).

Nesse sentido, um dos pontos fundamentais de discussão foi a diminuição tarifária no setor de transportes, um dos principais itens na parceria econômica entre Brasil e Argentina. A redução de impostos nessa área de comércio diminuiria muito a competitividade do mercado. A título de interesse, itens como partes e acessórios dos veículos automotivos; veículos automóveis de passageiros; motores de pistão, e suas partes; e veículos automóveis para transporte de mercadorias e usos especiais representam cerca de 25% do total de exportação brasileira para a Argentina, sendo este o terceiro maior destino das exportações brasileiras. A presença europeia nesse setor pode ser um fator de desequilíbrio, visto que há um consenso comum para a extinção de carros à combustão para a substituição de carros elétricos autônomos, que necessitam de maior *know-how* e P&D, algo que o Brasil pouco possui comparado à UE, um dos principais apoiadores da causa sustentável, como observado (OBSERVA-GEO/UFMS, 2024).

Apesar de firmado o tratado de cooperação, a relação Mercosul-UE, ganhou dificuldades a mais de ser efetivada no relacionamento entre o presidente brasileiro e o presidente francês, Emmanuel Macron. A liderança e a influência do chefe de Estado francês frente à UE sobre as questões de sustentabilidade fizeram com que a relação entre Brasil e França fosse abalada, a ponto de Macron ressaltar que não realizaria o acordo sob essas condições. Em resposta, Bolsonaro e Ernesto Araújo dirigiram ofensas pessoais ao presidente francês e à sua esposa. Dessa forma, o frágil relacionamento com uma potência, membro permanente do Conselho de Segurança, impediu o aprofundamento desejado ao Brasil no tocante à integração regional, tanto com os entraves da parceria Mercosul-UE, essenciais para esse fim, quanto com a promoção de uma inserção do país no sistema internacional, pois como resposta ao relacionamento entre Macron e Bolsonaro, o primeiro preferiu convidar o Chile para representar a região sul-americana no encontro do G7 (BBC NEWS BRASIL, 2022).

Em conclusão, amparado pelo Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada, o IPEA, a projeção de crescimento econômico brasileiro atrelado à parceria entre Mercosul e União Europeia entre os anos de 2024 e 2040 estaria na casa de 0.46% do PIB nacional, o que corresponde a US\$ 9.3 bilhões, assim como o aumento de 1,49% de investimentos estrangeiros no país. O Brasil seria o maior beneficiado entre os países-membros da UE e entre os países-parte do Mercosul, tendo um superávit na balança comercial de US\$ 302,6

milhões, comparado a US\$169,2 milhões do restante do Mercosul. Em consonância com o estudo, a explicação para o Brasil ser o maior beneficiado está na variação de produtos que são produzidos em território brasileiro. O IPEA ressalta que o setor do agronegócio representaria a seção de mercado com mais ganhos, ao passo que o setor mais prejudicado estaria concentrado na seção de veículos e peças (IPEA, 2024).

4. O Impacto da Presença Chinesa na América do Sul

Outro tópico digno de nota concerne à presença e influência chinesa no Mercosul. O desenvolvimento da Revolução Cultural (1966-1976), deve ser um conteúdo indispensável para a compreensão do *status* que a República Popular da China tem atualmente, pois se trata de um processo de fixação de diretrizes comunistas, altamente ideológico, no qual a estrutura econômica do país ficou debilitada, o setor agrário era pouco produtivo e o setor secundário escondia as mazelas de um país subdesenvolvido, em que os índices de produção eram baixíssimos devido à premissa do desemprego zero; situação semelhante com as relações internacionais do país, cujo relacionamento político se restringia a não mais do que cinquenta países em 1969 (POMAR, 2003).

Desde a década de 1970, com a morte do líder revolucionário Mao Tsé-tung, a China passou por um processo de dismantelamento da Revolução Cultural, seguido por um processo de modernização e abertura comercial sob a liderança de seu novo líder, Deng Xiaoping. Com efeito, Xiaoping retira a “cortina” que cobria a China do restante do mundo, estabelece laços com os Estados Unidos de Richard Nixon e não se põe num alinhamento automático com a União Soviética, relação que já era fragilizada no período Tsé-tung; nesse sentido, a China, expande as relações com outros países, em especial, com o Brasil, que no momento era presidido pelo militar Ernesto Geisel, que através do Pragmatismo Responsável de seu chanceler Azeredo da Silveira, entendia que o reconhecimento da China como parceiro sócio-econômico traria benefícios para ambos os países (POMAR, 2003).

Conforme salientado por Geisel (1979), “O reconhecimento da República Popular da China, em 1974, foi um passo importante na evolução da política externa brasileira e abriu para o País novas possibilidades de atuação diplomática e de intercâmbio”. Por conseguinte, Pinheiro (1993) identifica que, apesar da diferença ideológica entre as duas nações, dado o contexto da Guerra Fria, as possibilidades de intercâmbio ressaltadas por Geisel, estavam embutidas na similaridade de objetivos quanto à inserção e projeção internacional, no foco das relações sul-sul pretendidas por Silveira através da sua Diplomacia Pragmática e Ecumênica.

Apesar de um relacionamento comercial tímido observado com o Brasil na década de 1970, o crescimento contínuo da China ao longo do século transformou o país numa potência mundial, seja no âmbito econômico, militar ou diplomático. Consequentemente, a relação sino-brasileira foi aprofundada, inclusive direcionada para o Mercosul. No século XXI, a importância chinesa para as economias do Cone Sul pode ser caracterizada como essencial para o dinamismo comercial da região; relação comprovada está no fato de a China ter ultrapassado os Estados Unidos como maior parceiro comercial brasileiro, sendo o maior exportador e maior importador. Tal dimensão também se encontra na economia argentina, em que a China é o segundo maior parceiro comercial, superado apenas pelo próprio Brasil.

As preferências comerciais com esses países se dão em vista de valores ressaltados por Pinheiro (1993) acima, como a preferência pelas relações sul-sul com países em desenvolvimento. No caso brasileiro, os principais objetos de importação chinesa se encontram nas *commodities* agrárias, como a exportação de grãos, em destaque, a soja, e o minério de ferro, ao passo que os chineses exportam, em maioria, produtos manufaturados e de alto valor agregado e tecnológico, por exemplo, celulares, carros elétricos e tecnologia 5G.

À vista dessa relação, discute-se muito se a parceria estratégica seria algo negativo para o Brasil, posto que a importação de produtos manufaturados chineses provocaria a desindustrialização nacional - tendência observada há anos e acelerada durante a pandemia mundial de COVID-19 -, ao passo que aumentaria tanto a reprimarização econômica quanto a dependência das altas demandas chinesas pela soja e pelo minério de ferro, que representam um cenário incerto a médio e longo prazo, uma vez que podem diminuir com o passar do tempo e o avanço de uma economia sustentável. Por outro lado, há a narrativa de que o fato de a China se tornar o maior parceiro comercial seria benéfico para o desenvolvimento do Brasil e propriamente tida como um modelo econômico e diplomático para a projeção internacional brasileira, embora essa linha de raciocínio atualmente seja limitada, devido às diferenças internas de ambos os países (FERCHEN, 2010).

A partir do período de Jair Bolsonaro na presidência da República, as relações sino-brasileiras foram estremecidas devido à postura ideológica do governo e a um aparelhamento automático do Brasil com os Estados Unidos, presidido por Donald Trump, que, em resposta ao crescimento contínuo da economia chinesa, estabeleceu uma “guerra comercial” entre as duas maiores potências da atualidade, EUA e China. Nessa perspectiva, a política externa brasileira se distanciou do tradicional pragmatismo, pois o deterioramento do vínculo com a China deveria ser tido como ilógico, devido às relações comerciais insubstituíveis com o país asiático.

O período da pandemia do coronavírus pode ser considerado o momento mais sensível no longo relacionamento entre Brasil e China, isso porque as tendências ideológicas do presidente Bolsonaro e a falta de uma administração racional frente à maior crise sanitária no século XXI, colocaram em xeque a vinculação de ganho-ganho dos países. As declarações do presidente brasileiro sobre a origem de disseminação do COVID-19, que, segundo Bolsonaro, foi uma ação premeditada que teve como objetivo a fixação da China como potência hegemônica mundial, sua desconfiança quanto à qualidade da vacina de origem chinesa, a CoronaVac; o posicionamento do ministro da Economia ao afirmar que o vírus fora criado na China; a discussão entre Eduardo Bolsonaro - filho do presidente e chefe da Comissão de Relações de Exteriores do Câmara dos Deputados - com a embaixada chinesa com o pretexto de acusação do autoritarismo do Partido Comunista Chinês sobre liberdade de expressão e afastando a tecnologia 5G de Pequim, tida pela deputado com instrumentos de espionagem (FOLHA DE S. PAULO, 2021a; FOLHA DE S. PAULO 2021b;). Como resultado desse atrito durante a pandemia da COVID-19, Ernesto Araújo acaba sendo destituído do cargo do Ministério das Relações Exteriores, enfraquecendo a ala ideológica pró-ocidente do governo.

Por conseguinte, é possível depreender que as ações de confronto contra a China, enfraquecem a posição brasileira na região da América do Sul e especificamente no Mercosul, posto a importância de Pequim para os outros membros, por exemplo, Argentina e Uruguai, que possuíam à época do governo Bolsonaro boas relações com os chineses e também com o Paraguai, dependente das importações chinesas.

Nessa ótica, observa-se a realização do Acordo-Marco de Cooperação entre China e Argentina, com a ampliação do comércio bilateral, bem como a entrada de investimento chinês no mercado argentino; o governo de Alberto Fernández também aderiu ao projeto da Nova Rota da Seda, uma proposta de integração entre as economias, com investimentos na área de infraestrutura e de transportes (O GLOBO, 2022). Em relatório produzido pelo Sistema de Estatísticas do Comércio Exterior do Mercosul (SECEM), a China é um dos principais parceiros econômicos da Argentina, representando o terceiro maior destino de exportações argentinas para o mundo - 7% - atrás do Brasil e da União Europeia, com 14% e 8%, respectivamente; no tocante às importações, a China constitui-se em seu maior parceiro econômico, com 21% do total importado, ocupando o primeiro lugar que historicamente pertenceu ao Brasil, que em 2022 importou 20% dos produtos consumidos no mercado argentino (SECEM, 2022).

O Uruguai é outro país membro do Mercosul que possui boas relações com a China, seu principal parceiro econômico, visto que é o destino majoritário das exportações uruguaias, com 21% do total, com produtos majoritariamente primários, tais como a carne e itens alimentícios; enquanto que no tocante às importações, os chineses detêm o segundo lugar, com 17%, atrás do Brasil, com 20% do mercado de importações uruguaias (SECEM, 2022). A aproximação com a China se configura benéfica de tal forma que, em 2021, Lacalle Pou optou por uma negociação bilateral de livre comércio com a China, sob condições extrabloco, o que trouxe impasses sobre a flexibilidade do Mercosul e a capacidade de atuação conjunta do bloco do Cone Sul (PODER 360, 2023).

No caso entre China e Paraguai, há um entrave no relacionamento sino-paraguaio, que consiste no reconhecimento de Taiwan por parte dos paraguaios. Isso implica na existência de dificuldades de uma inserção chinesa em virtude da política de “uma só China” promovida por meio do projeto da Nova Rota da Seda no país e no desenvolvimento comercial entre ambas as partes, embora isso não configure a inexistência de tais questões. Segundo a própria SECEM (2022), no último ano do governo Bolsonaro, 2% dos índices de produção paraguaios foram exportados para a província de Taiwan - o sétimo maior parceiro comercial do país, à frente do próprio Uruguai, em oitavo - ao passo que a República Popular da China não configura entre os principais destinos de exportação do Paraguai; em contraste, o gigante asiático representou 29% do contingente total de importações para o Paraguai, bem à frente do Brasil, segundo colocado, com 9%.

Sendo assim, a presença chinesa representa um entrave quanto às pretensões brasileiras na região e o uso do Mercosul para aumento de desenvolvimento e projeção internacional. Devido à relação econômica e comercial entre Brasil e China, que atualmente pode-se considerar indispensável, o questionamento sobre o nível de dependência para com os chineses cresceu. Como ressaltado, a China está investindo pesado na produção de produtos manufaturados com tecnologias de ponta, como a rede 5G, carros elétricos e até mesmo na área da robótica, mercadorias que farão parte do cotidiano do ser humano a partir das próximas décadas; o investimento na área da infraestrutura, não só em países do Mercosul, mas em toda a América do Sul, denota o caráter estratégico da região para a China, que busca suprir a constante necessidade de matéria-prima, sejam minérios ou *commodities* agrícolas.

Dessa forma, o comportamento do presidente Jair Bolsonaro, de seus ministros e familiares, implica num distanciamento da posição de liderança regional frente ao país asiático, visto que se baseiam em ataques ideológicos, cuja única finalidade foi

descredibilizar a posição chinesa em favorecimento frente à relatada afinidade política entre Bolsonaro e Trump. Como exposto por Vigevani e Ramanzini Junior (2023), a falta da capacidade do Brasil em ser o *paymaster* do Mercosul, implica diretamente nas pretensões brasileiras e nas expectativas dos outros países-membros, papel que a China gradativamente conquista, com a estratégia da Nova Rota da Seda. De certa maneira, pode-se dizer que houve uma reorientação da política externa brasileira no relacionamento da China durante a pandemia de COVID-19, distanciando-se do discurso de Geisel orientado para o reconhecimento da China como prática do universalismo diplomático do Brasil.

5. As Relações Intra-Mercosul e o Redirecionamento para um Mercosul comercial

Além da discussão sobre a influência chinesa no Mercosul e os entraves no acordo com a União Europeia, é necessário discorrer sobre como se deu a relação intrazona no Mercosul, com os principais conflitos de interesse entre os Estados Parte do bloco, majoritariamente durante o governo Bolsonaro.

Entre os principais desafios da política externa brasileira no decorrer do mandato de Jair Bolsonaro, pode-se considerar como momento-chave para o futuro do Mercosul a relação do Brasil com as demais nações frente à proposta de modernização econômica do bloco.

Durante o governo Bolsonaro e particularmente ao longo das duas presidências *pro tempore* brasileira (PPTB) no Mercosul sob seu mandato, foi notório direcionamento de ações para a concretização de um Mercosul *comercial* ao invés de um Mercosul *político*. Posto que, desde a primeira PPTB, iniciada em 2019, os objetivos da diplomacia brasileira consistiam em dar continuidade ao processo de revisão na institucionalidade do bloco, principalmente no tema das negociações, condições que eram vistas como essenciais para o futuro do Mercosul. Dessa forma, destacam-se objetivos como a capacidade individual na realização de acordos bilaterais com países extrabloco; a flexibilização da Decisão 32/2000¹²; e a revisão da Tarifa Externa Comum (O GLOBO, 2019). A rotatividade da PPTB retorna em 2021, em que os objetivos de liberalização comercial pautados na flexibilização e na revisão da TEC apresentam continuidade, conforme expresso por Bolsonaro: “O Mercosul precisa mostrar seu valor (...) pela conquista de novos mercados e pela eliminação de entraves que tenham como resultados novos empreendimentos, mais empregos e produtos mais baratos” (GOV, 2021).

¹² Decisão estabelecida pelo Conselho do Mercado Comum que determinou que os países dentro do Mercosul não poderiam assinar novos acordos comerciais com países terceiros sem o consenso dos demais membros do bloco.

Em consonância com as pautas desenvolvidas por Bolsonaro, o posicionamento do Uruguai frente à flexibilização do bloco foi outro fator que trouxe impactos no relacionamento entre os Estados Parte do Mercosul. Como ressaltado anteriormente, a China passou a ocupar o posto de principal parceiro econômico do Uruguai, com 21% das exportações de Montevideu tendo destino a Pequim. Nesse sentido, as pretensões diplomáticas e comerciais uruguaias que envolviam o Mercosul e a China fomentaram a instabilidade intrabloco, visto a existência de pressões para desvincular a atividade conjunta de negociações com um potencial parceiro comercial fora do bloco.

Com efeito, observada a decadência institucional do Mercosul a partir da segunda metade de 2010, o governo do Uruguai age objetivando o enfraquecimento da TEC e da própria Decisão 32/2000, para permitir que fosse realizado um Acordo de Livre Comércio entre Uruguai e China. À vista disso, Tabaré Vázquez, presidente uruguaio (2015-2020) do Partido Frente Ampla - associado ao espectro de esquerda/centro-esquerda - reitera a necessidade de “flexibilização” e “modernização” dos dois instrumentos comerciais ainda nas tratativas entre Mercosul e União Europeia durante sua presidência pro tempore do Mercosul (2015-2016). Em consonância, o chanceler uruguaio Nin Novoa destaca que:

O mundo está mudando. Se conseguirmos convencer (os demais membros) de que são necessários certos acordos com os países de acordo com as necessidades de cada país (que faz parte do Mercosul) e que somos capazes de compreender as dificuldades que os demais têm, podemos tornar esta regra mais flexível, que também “não foi internalizado por nenhum país” (EL PAÍS, 2015).

A partir do exposto de Novoa, pode-se concluir que há uma falta de colaboração entre os interesses dos Estados Parte acerca do tema, dado que o chanceler destaca uma notória ausência de institucionalidade do Mercosul, referindo-se ao fato de nenhum país ter internalizado a Decisão, implicando a falta de coerência intrabloco e também uma obsolescência do próprio Mercosul diante das novas posturas de comércio internacional.

Deste modo, Vázquez manteve a opinião de modernização e flexibilização mercosulina durante a Cúpula do Mercosul em 2017, ao apontar necessidades de reestruturação do bloco a partir do avanço no relacionamento econômico-comercial; celeridade no acordo com a União Europeia; aperfeiçoamento do FOCEM e interação com a Aliança do Pacífico, que, como ressaltado, ganhou notoriedade regional nos aspectos que envolviam acordos bilaterais com países extrarregionais (BARCELÓ, 2023).

Tal postura de investida quanto à estrutura mercosulina obteve continuidade e até mesmo aprofundamento - ou radicalização - da diplomacia presidencial na sucessão da

presidência uruguaia, quando Lacalle Pou (2020-) assumiu o cargo do Executivo. Ligado ao Partido Nacional, a legenda se enquadra em características liberais e nacionalistas, sendo associada à centro-direita do país, o que reiterou o posicionamento uruguaio quanto à maior flexibilização de acordos bilaterais, principalmente com a China, pretendendo realizar um Tratado de Livre Comércio com Pequim (BARCELÓ, 2023; PODER 360, 2023).

Dessa forma, infere-se que, apesar das divergências internas frente aos Partidos da Frente Ampla e ao Partido Frente Nacional, há concordância quanto a postura do Uruguai no tocante ao comércio internacional atrelado ao Mercosul, sendo considerada interesse nacional de Montevideu.

Pode-se comprovar quanto ao procedimento de Pou na reunião da Cúpula do Mercosul em comemoração aos trinta anos do bloco, em que o líder do executivo uruguaio disse: "Não existe um contra o outro, pelo contrário, é o bem de todos. Se alguém acha que não é para o seu bem, que afrouxem um pouco a corda, que flexibilizem o Mercosul"; continuando, assinalou que "Temos vocação para a integração regional. Temos vocação para que o Mercosul seja um trampolim e não um fardo ou um obstáculo" (UOL, 2021). O que denota a urgência da flexibilização da Resolução 32/00 para a sociedade uruguaia, trazendo à tona a consideração de que o Mercosul seja um fardo, a política externa do país deixa a entender que as questões sociais desenvolvidas por Lula e por Nestor Kirchner no começo do século diluíram-se conforme o decorrer dos anos e das crises econômicas nacionais e institucionais do bloco.

O pensamento exposto pelos dois últimos mandatários uruguaio trouxe reflexões diferentes na agenda da política externa brasileira. Como evidenciado, observa-se uma tendência comercial do bloco a partir do governo Temer, cujos chanceleres ressaltaram as questões estruturais e ideológicas que o Mercosul passou a ter a partir dos governos PT no Brasil. Contudo, a problemática da resolução 32/00 levantada pelo Uruguai não foi suficiente para que Temer, José Serra e Aloysio Nunes aceitassem a flexibilização do órgão, sinalizando que as intenções brasileiras quanto à região, se manteriam as mesmas. Apesar da reorientação de uma política de governo, o próprio Itamaraty manteve a execução do princípio universalista, norteador das relações internacionais brasileiras (BARCELÓ, 2023).

Quanto à postura entre os presidentes Jair Bolsonaro e Lacalle, constata-se uma conduta de aproximação frente ao Mercosul, embora com ressalvas. Isso se dá devido à familiaridade ideológica que ambos têm, isto é, no espectro nacionalista e liberal, economicamente falando. Como consequência, ambos desenvolvem uma postura pró-mercado para o Mercosul. Entretanto, a importância do bloco para a agenda brasileira foi

se degradando, não sendo palco de ambições para a projeção internacional e ganho de integração regional por vias sociais e desenvolvimentistas, atendo apenas à questão financeira. Posição que distancia o líder brasileiro de Lacalle Pou, que, em conformidade com as características econômicas do Uruguai, ainda ressalta o aprofundamento do Mercosul como ferramenta primordial de inserção regional de Montevideu (BARCELÓ, 2023).

Em contrapartida, pode-se analisar as relações entre Brasil e Argentina durante o governo Bolsonaro como um período de atrito e até mesmo de mudança de paradigma da política externa brasileira frente a Buenos Aires. Como avaliado, durante o início do milênio houve uma aproximação de interesses e, até mesmo ideológica, entre os chefes de Estado de ambos os países, Lula e Néstor Kirchner.

Os governantes dos dois principais países-parte do Mercosul direcionaram políticas progressistas para o bloco por meio de um viés social-desenvolvimentista, com o princípio de angariar poder de barganha a todos os Estados do Cone Sul, vide o FOCEM, para desenvolvimento do bloco com financiamento majoritário de brasileiros e argentinos, a ampliação de membros plenos - como o caso da Venezuela e da Bolívia - e de membros associados do Mercosul; bem como as iniciativas de institucionalização da América do Sul da criação da Unasul (AMORIM, 2022).

Nesse ímpeto, embora os períodos de governanças petista e kirchnerista, que se estendem para os mandatos de Dilma Rousseff e de Cristina Kirchner, respectivamente, apresentassem a continuidade do Mercosul *político*, ambas as líderes passaram por crises institucionais e econômicas que afetaram a continuidade das premissas estabelecidas pelos seus antecessores.

No caso brasileiro, o questionamento nacional sobre a capacidade administrativa da presidente ocorria desde 2013. Após a evolução de sucessivas crises internas e com quedas constantes da produção nacional, Dilma Rousseff foi alvo de um impeachment no início de seu segundo mandato, em 2016. Ao passo que Cristina Kirchner foi marcada pelos reflexos da crise econômica que acometeu o país após o *crash* norte-americano de 2008, resultando em índices inflacionários em seu mandato que minaram a política da peronista.

Desse modo, o impeachment de Dilma, a investidura de Michel Temer e a eleição de Mauricio Macri na Argentina representam o enfraquecimento do período desenvolvimentista voltado ao Mercosul *político* e política externa de projeção internacional através da inserção regional, protagonizada por Brasil e Argentina. A política externa dos dois países passa a ser direcionada (e essencialmente limitada) ao aspecto comercial do bloco, através do livre-comércio, como visto nas falas do chanceler José Serra, que enxergava o bloco como

uma ferramenta de inserção regional enviesada e obsoleta. Similarmente, Maurício Macri também aderiu a uma política comercial para o Mercosul. O sucessor de Cristina Kirchner, também compartilhou da narrativa de que o Mercosul era demasiado ideológico e precisava ser redirecionado para uma modernização.

Segundo o Conselho Argentino para as Relações Internacionais, uma instituição acadêmica governamental voltada para a inserção internacional da Argentina, o governo de Macri deveria pautar-se pela criação de uma “identidade ocidental”, com a priorização das relações norte-sul, traduzida pela retomada de parcerias tradicionais, ou seja, com os Estados Unidos e Europa - buscando celeridade na realização do Acordo Mercosul-UE -; além de um afastamento das relações Argentina-Venezuela; a própria exclusão de Caracas em consonância com o Pacto de Ushuaia e a reorientação da integração regional voltada para a Ásia-Pacífico. Por conseguinte, a Argentina passa a ser o baluarte regional do livre-comércio em vista das sucessivas crises internas que o Brasil apresentava após o fim do período, redirecionando a política externa nacional (COELHO *et al*, 2023).

Nessa ótica, há similaridades na política externa dos governos Bolsonaro e Macri, em virtude da prioridade dada às relações norte-sul desenvolvida por ambos, consequentemente, um alinhamento com os Estados Unidos, mais aprofundado pelo líder brasileiro; da mesma forma, observa-se o afastamento dos países com a China, em consequência do posicionamento da Guerra Comercial entre Washington e Pequim promovido por Donald Trump. Assume-se que a constituição dessa linha de política externa é essencialmente ideológica, afastando-se do pragmatismo, posto o protagonismo chinês nas relações comerciais na região da América do Sul. Portanto, apesar das críticas direcionadas aos governos anteriores, acusando-os de serem essencialmente ideológicos, os governos de Bolsonaro e Macri partem da mesma vicissitude, apenas redirecionando as narrativas para os centros de poder do Ocidente (COELHO *et al*, 2023).

Contudo, findo o governo Macri na Argentina e a volta do peronismo com Alberto Fernández (2019-2023), constatou-se o descompasso nas relações entre Bolsonaro e o novo presidente argentino. Como destacado, a ala ideológica do governo brasileiro foi pautada pelo chanceler Ernesto Araújo e sua tese de globalismo. Dessa forma, a presidência de Buenos Aires ser empossada por um peronista simbolizava uma ameaça para a política externa que o Brasil pretendia desenvolver, representando uma nova fase da desconformidade entre as políticas voltadas para o Mercosul, o que se explicita no apoio prévio a Macri e na ausência de Bolsonaro na posse de Fernández.

Esse desalinho entre o pensamento de Brasília e Buenos Aires a partir da posse de Fernández pode ser compreendido a partir das perspectivas que ambos possuíam para seus respectivos países no Mercosul. Se, por um lado, Bolsonaro buscou, numa lógica neoliberal, concretizar o Mercosul como um aparato comercial, deixando de lado os avanços sócio-políticos que o presidente e sua equipe ministerial consideravam um fardo para o Brasil, promovendo a flexibilização da Resolução 32/00, a redução da TEC e o Acordo Mercosul-UE. Por outro lado, Fernández atuou de maneira protecionista, ao argumentar que as propostas de “modernização” do Mercosul resultavam em impactos negativos para a indústria argentina - principalmente o setor bovino e automobilístico - que já estavam afetados pela histórica crise inflacionária que acometeu o país no século XXI; como assinala o presidente argentino “A nossa vocação é fortalecer a integração regional e global que por sua vez é uma integração social, produtiva e democrática dos nossos países” (SIMONOFF, 2021; FOLHA DE S. PAULO, 2022).

Consequentemente, aliado à incapacidade de se estabelecer um diálogo entre os dois principais países da região e em face a uma crise diplomática que se desenvolveu entre Brasil e China durante a pandemia de COVID-19, há uma perda significativa na capacidade brasileira em projetar-se internacionalmente. Se outrora o posicionamento argentino frente ao gigante asiático era de distanciamento relativo, o governo de Fernández busca a reaproximação com a China. Devido ao aprofundamento da crise econômica argentina, agravada durante o período pandêmico, a busca por alternativas para o declínio das relações com o Brasil converge na adesão do país vizinho ao projeto da Nova Rota da Seda e do AEI. Nesse sentido, se Bolsonaro optou por seguir a linha de raciocínio de Paulo Guedes e Ernesto Araújo em tornar o Mercosul essencialmente comercial, através de uma agenda de integração neoliberal, Fernández retoma a diretriz kirchnerista de Mercosul de coordenação econômica intrabloco, com respaldo à indústria nacional, principalmente o setor automobilístico (SIMONOFF, 2022; FOLHA DE S. PAULO, 2022).

No que se refere ao Paraguai, o país apresenta a menor economia do Mercosul, sendo o principal destino de financiamento do FOCEM e, consequentemente, o que menos contribui na constituição do valor final do fundo, com apenas 1%. Nesse sentido, é possível avaliar que a política externa paraguaia no bloco é tida como pragmática, tendo em vista a necessidade de boas relações com os demais países do bloco, buscando fortalecer a parceria comercial através da integração regional.

Nessa perspectiva, o ex-presidente Mário Abdo Benitez (2018-2023), durante sua presidência *pro tempore* do Mercosul, buscou aprofundar o tema da integração regional

fortalecendo o *status* do bloco para a política econômica do Paraguai, bem como atuando em concordância com os posicionamentos de Brasil e Uruguai no tocante à redução da Tarifa Externa Comum - embora apoiando uma redução gradativa da TEC, ao passo que Bolsonaro e Lacalle Pou sustentaram uma mudança mais ágil da tarifa para a “modernização” mercosulina -, como também o apoio a Brasil e Uruguai nas negociações comerciais Mercosul-Coreia do Sul, posicionamento diferente ao adotado pela Argentina.

6. Considerações Finais

Diante dos argumentos expostos no texto, pode-se concluir que houve estagnação nas pretensões de um Mercosul mais social e político durante o período 2019-2022, em contraponto aos governos de esquerda que estiveram no poder na primeira década do milênio, principalmente Lula no Brasil e Néstor e Cristina Kirchner, na Argentina, que aprofundaram a integração regional do Mercosul a partir de aparatos institucionais como o FOCEM e o Parlasul.

Em período anterior ao de Jair Bolsonaro à presidência brasileira, observam-se crises institucionais que enfraqueceram a diplomacia dentro do bloco, por exemplo, o impeachment de Fernando Lugo no Paraguai e Dilma Rousseff no Brasil; além da suspensão da Venezuela em face à onda autoritária na política interna de Caracas que impedia a continuidade do país no bloco.

Tais eventos criaram um vácuo institucional que foi preenchido por vários pensamentos contrários ao processo de integração que se via até então, como o caso de Temer, José Serra, Mauricio Macri, Lacalle Pou e notoriamente Jair Bolsonaro e Ernesto Araújo, que acentuaram a problemática ideológica enraizada no Mercosul e atuaram para o redirecionamento do bloco, sob a justificativa de modernização, flexibilidade e interesse nacional.

Essas propostas ganharam força devido à conjuntura internacional durante a pandemia de COVID-19, em que os indicadores macroeconômicos, como o PIB e o comércio, decaíram. Urge a necessidade de relações econômicas mais flexíveis, principalmente com a China, país de maior importância no contexto geopolítico atual da América do Sul.

Países como o próprio Brasil e Uruguai demandaram por uma maior flexibilidade comercial. Entretanto, ressalta-se a diferença de prioridade que cada presidente observava ao estar no Mercosul; enquanto Lacalle Pou via a importância do bloco para as relações internacionais uruguaias, Bolsonaro esvaziou a importância do bloco. Nesse ínterim, a volta

de um peronista ao poder argentino promoveu debate intrabloco sobre a postura que o Mercosul deveria ter.

Alberto Fernández teve uma postura mais protecionista frente aos principais avanços comerciais, como o Acordo de Associação Mercosul-UE e os avanços de Uruguai e Paraguai para Tratados de Livre Comércio e flexibilidade da Tarifa Externa Comum.

Em contrapartida, a relação Fernández-Bolsonaro foi um ponto crítico da história entre Brasil e Argentina, pautado principalmente pela divergência ideológica entre os dois governantes. Isso permitiu uma aproximação entre China e Argentina, ao passo que o vínculo sino-brasileiro foi enfraquecido justamente pela pauta ideológica acentuada pela pandemia. Esses fatores complicaram a pretensão brasileira de assumir um posto de liderança regional incontestado, permitindo a utilização do soft power chinês através da Nova Rota da Seda, que atrai, além da Argentina, o Uruguai para ondas de investimento asiático em projetos de infraestrutura.

A diplomacia presidencial de Bolsonaro, compreendida através do texto como ideológica e agressiva, minou a capacidade do Brasil em se projetar como uma liderança regional por meio do Mercosul, aspiração que o governo Lula pretendia desenvolver. Questões como o embate entre Bolsonaro e Emmanuel Macron sobre a sustentabilidade e a questão do desmatamento amazônico - que se estenderam ao campo pessoal - travancavam a realização do complexo acordo entre Mercosul e União Europeia, além de descredibilizar a política externa e a diplomacia brasileira, como fica evidente com a escolha do Chile para a representação da América do Sul no G7.

Percebe-se, a partir da análise, que houve um redirecionamento do viés do bloco, limitado às políticas de Brasil e Uruguai, que clamavam por modernização e flexibilização de aparatos que em tese fortaleceriam a integração regional, ao passo que o período de Fernández como Chefe de Estado argentino atuou na tentativa de contrabalancear as pretensões de um Mercosul estritamente comercial.

No geral, percebe-se que o objetivo do Mercosul em se tornar uma união aduaneira completa é um caminho tortuoso, em que o histórico processo de desenvolvimento das antigas colônias sul-americanas é um fator adicional para essa dificuldade. Contudo, após a exposição de fatos recentes do governo Bolsonaro para o Mercosul, observa-se que há um distanciamento no objetivo maior de integração, quiçá restringindo-se apenas a uma área de livre comércio.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, J. A. G; SEITENFUS, Ricardo; CASTRO, S. H. N. D. **Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930-1990)**. 2. ed. São Paulo: Lúmen, 2006. p. 1-640.

AMORIM, Celso. **Laços de Confiança: O Brasil na América do Sul**. 1. ed. São Paulo: Benvirá, 2022. p. 11-592

BARCELÓ, Nastasia. Flexibilización ¿para qué?: Apuntes sobre la política exterior uruguaya hacia el Mercosur (2015-2022). **Desafíos**, Rosario, v. 35, n. 2, p. 1-29, out./2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/desafios/a.12034>>. Acesso em: 10 set. 2024.

BBC NEWS BRASIL. **França de Macron deve seguir distante de Brasil de Bolsonaro, dizem analistas**. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-61265572>>. Acesso em: 19 ago. 2024.

BRICEÑO-RUIZ, José. O Auge e a Crise do "Novo Mercosul" no Período Pós-Hegemônico (2003-2016). **Lua Nova**, São Paulo, v. 112, n. 1, p. 55-86, jan./2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ln/a/mRTdjNsTKgq3ZpSV9zL5wHm/>>. Acesso em: 24 set. 2024.

COELHO, André; TREACY, Mariano; MELLO, Beatriz De. Os Governos de Mauricio Macri e Jair Bolsonaro: Ideologia, Pragmatismo e Política Externa. **Austral**, Porto Alegre, v. 12, n. 24, p. 142-175, dez./2023. Disponível em: <https://ri.conicet.gov.ar/bitstream/handle/11336/234618/CONICET_Digital_Nro.9da6db1a-6700-4aa7-8999-42521b1850d8_B.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em: 10 set. 2024.

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA. **Pacto Ecológico Europeu**. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/green-deal/#what>. Acesso em: 1 set. 2024.

CORAZZA, Gentil; HERRERA, Rémy. **O “Regionalismo Aberto” da CEPAL e a Inserção da América Latina na Globalização**. Disponível em: https://www.ufrgs.br/fce/wp-content/uploads/2017/02/TD14_2004_corazza_herrera.pdf. Acesso em: 22 out. 2024.

CORNETET, J. M. C. A POLÍTICA EXTERNA DE DILMA ROUSSEFF: CONTENÇÃO NA CONTINUIDADE. **Revista Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v. 5, n. 24, p. 111-150, jul./2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/47628/30012>. Acesso em: 19 ago. 2024.

DANESE, Sérgio. **Diplomacia Presidencial: História e Crítica**. 2. ed. Brasília: FUNAG, 2017. p. 23-641.

DATHEIN, Ricardo. MERCOSUL: antecedentes, origem e desempenho recente. *S/T*, Rio Grande do Sul, v. 1, n. 1, p. 1-20, jan./2004. Disponível em: https://www.ufrgs.br/fce/wp-content/uploads/2017/02/TD10_2004_dathein.pdf. Acesso em: 14 ago. 2024.

DIZ, J. B. M. **Mercosul 30 anos**: Passado, Presente e Futuro. 1. ed. São Leopoldo: Casa Leira, 2021. p. 127-142.

EL PAÍS. **Nin Novoa quiere más libertad para negociar fuera del Mercosur**. Disponível em:

<<https://www.elpais.com.uy/informacion/nin-novoa-quiere-mas-libertad-para-negociar-fuera-del-mercosur>>. Acesso em: 9 set. 2024.

EUR-LEX. **Interregional Framework Cooperation Agreement between the European Community and Mercosur**. Disponível em:

<<https://eur-lex.europa.eu/EN/legal-content/summary/interregional-framework-cooperation-agreement-between-the-european-community-and-mercosur.html>>. Acesso em: 30 ago. 2024.

FOLHA DE S. PAULO (2021a) . **Embaixada chinesa reage a Eduardo Bolsonaro e fala em 'consequências negativas'**. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/11/embaixada-chinesa-reage-a-eduardo-bolsonaro-e-fala-em-consequencias-negativas.shtml>>. Acesso em: 7 set. 2024.

FOLHA DE S. PAULO. **Argentina pede que União Europeia renegocie acordo comercial com Mercosul**. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/12/argentina-pede-que-uniao-europeia-renegocie-acordo-comercial-com-mercosul.shtml>>. Acesso em: 10 set. 2024.

FOLHA DE S. PAULO (2021b). **Em novo ataque, Bolsonaro sugere que China faz guerra biológica com Covid**. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/05/em-novo-ataque-bolsonaro-sugere-que-china-faz-guerra-quimica-com-covid.shtml>>. Acesso em: 7 set. 2024.

GEISEL, Ernesto. **Discursos - Vólum VI**. 1. ed. Brasília: Biblioteca de Presidência da República, 1979. p. 1-50.

GOV.BR. **Brasil assume a presidência temporária do Mercosul**. Disponível em: <<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2021/07/brasil-assume-a-presidencia-temporaria-do-mercosul>>. Acesso em: 22 out. 2024.

HURT, Stephen R.. "Washington Consensus." *Encyclopedia Britannica*, 27 May. 2020, <<https://www.britannica.com/money/Washington-consensus>>. Acesso em: 24 September 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Acordo de livre comércio entre Mercosul e União Europeia traria benefícios econômicos para o Brasil.** Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/14875-acordo-de-livre-comercio-entre-mercosul-e-uniao-europeia-traria-beneficios-economicos-para-o-brasil>>.

Acesso em: 1 set. 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **O que é? União Aduaneira.** Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2130:catid=28&Itemid=23>. Acesso em 22 out. 2024.

MENEZES, Roberto Goulart; BANZATTO, A. P. D. A. Brasil e Aliança do Pacífico: resistência, aproximação e acomodação. **Anuario de Integración.** p.133-146. 2016. Disponível

em:<<https://www.cries.org/wp-content/uploads/2017/04/011-menezes-banzatto.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2024.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Tarifa Externa Comum - TEC (NCM).** Disponível em: <<http://200.198.192.20/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior-9>>. Acesso em: 24 set. 2024.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. **Unasul.** Disponível em: <<https://antigo.mme.gov.br/web/guest/assuntos-internacionais/unasul>>. Acesso em: 18 nov. 2024.

MUÑOZ, Luciano da Rosa. Autonomia na política externa brasileira: uma história do conceito no pós-guerra. **Carta Internacional**, Belo Horizonte, v.18, n.2. Disponível em: <<https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/1335/963>>. p. 1-23. 2023

O GLOBO - ECONOMIA. **Ao assumir comando de Mercosul, Brasil promete fazer revisão completa de taxas de importação.** Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/ao-assumir-comando-de-mercosul-brasil-promete-fazer-revisao-completa-de-taxas-de-importacao-23812446>>. Acesso em: 18 set. 2024.

O GLOBO. **Argentina sela adesão à nova Rota da Seda da China e espera receber aportes de US\$ 23,7 bi.** Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/argentina-sela-adesao-nova-rota-da-seda-da-china-espera-receber-aportes-de-us-237-bi-1-25383088>>. Acesso em: 7 set. 2024.

OBSERVATÓRIO DE GEOECONOMIA E ANÁLISE SÓCIOESPACIAL REGIONAL. **Nota sobre a atual relação comercial externa entre Brasil e Argentina..** Disponível em: <<https://obgeo.ufms.br/nota-sobre-a-atual-relacao-comercial-externa-entre-brasil-e-argentina/>>

<<https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/05/28/salles-aprofunda-desgaste-do-brasil-e-coloca-em-xeque-acordo-mercosul-ue.htm>>. Acesso em: 30 ago. 2024.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A Política Externa de Lula da Silva: A Estratégia da Autonomia pela Diversificação. **CONTEXTO INTERNACIONAL**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 273-335, jul./2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cint/a/sWn5MtCXtMZdzdSm3CtzZmC/?format=pdf&lang=pt>>.

Acesso em: 28 ago. 2024.

VIGEVANI, Tullo; JUNIOR, Haroldo Ramanzini. **Os Desafios da Integração Regional no Sul Global**: O Caso da Política Externa Brasileira para o Mercosul. 1. ed. São Paulo: UNESP, 2023. p. 7-236.